



# Jornal Oficial do Município de Londrina

## IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ANO XXVII

Nº 5634

Publicação Diária

Quarta-feira, 19 de novembro de 2025

### JORNAL DO EXECUTIVO MUNICÍPIO DE ATOS LEGISLATIVOS LONDRINA: 75 DECRETOS 77147700017

Assinado de forma  
digital por MUNICÍPIO  
DE  
LONDRINA: 75771477000  
170  
Dados: 2025.11.19  
17:39:22 -03'00'

DECRETO Nº 1307 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

0

**SÚMULA:** Institui a Comissão Executiva da Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSMML.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ,** no exercício de suas atribuições legais, considerando o processo SEI nº 43.003071/2025-24 e a necessidade de adequação de competências em face do Programa Federal Pró-Gestão 2025,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituída a Comissão Executiva da CAAPSMML, composta pelos seguintes membros:

- I – Superintendente da CAAPSMML;
- II – Diretor Administrativo-Financeiro Previdenciário; e
- III – Diretor de Benefícios Previdenciários.

**Art. 2º** Compete à Comissão Executiva da CAAPSMML:

- I – avaliar periodicamente sobre a realização da receita e despesa orçamentária e as operações econômico-financeiras;
- II - elaborar o Relatório de Governança Corporativa;
- III - elaborar o Plano de Ação Anual;
- IV - elaborar o Código de Ética;
- V - propor ações de diálogo com os segurados e a sociedade, na forma do regulamento;
- VI - tratar de assuntos de interesse das Diretorias, mediante proposição de qualquer um de seus membros; e
- VII - pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de interesse da CAAPSMML que lhe seja submetido pelo Superintendente e deliberar sobre matérias de sua competência.

**Art. 3º** Os membros da Comissão Executiva da CAAPSMML deverão atender aos seguintes requisitos:

- I - possuir Certificação Profissional, nos termos exigidos pelo Ministério da Previdência Social especificamente ao RPPS;
- II - comprovar experiência mínima de 2 (dois) anos no exercício de atividade nas áreas previdenciária, financeira, administrativa, contábil, jurídica, fiscalização, atuarial ou auditoria;
- III - possuir formação de nível superior nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito ou Economia;
- IV - atender aos requisitos previstos no art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais, mediante certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

§ 1º O Diretor Administrativo-Financeiro Previdenciário, além da Certificação Profissional exigida no inciso I deste artigo, deverá possuir Certificação Profissional específica para compor o Comitê de Investimento do RPPS.

§ 2º Na designação dos membros da Comissão Executiva da CAAPSMML, ao menos um deles deverá ser segurado do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

§ 3º A designação do Diretor Administrativo-Financeiro Previdenciário e do Diretor de Benefícios Previdenciários será por livre escolha do Superintendente, observando-se o preenchimento dos requisitos legais.

**Art. 4º** A Comissão Executiva da CAAPSMML reunir-se-á com a presença da maioria absoluta de seus membros e deliberará por maioria simples dentre os presentes, cabendo ao Superintendente o voto de qualidade.

**Art. 5º** O Superintendente assinará, em conjunto, com um dos demais membros da Comissão Executiva, os seguintes atos:

- I - relativos à gestão de ativos e passivos;
- II - relativos à atividades administrativas que envolvam contratações e dispêndios de recursos.

**Parágrafo único.** As coassinaturas acima mencionadas deverão observar os limites de alçada definidos em ato normativo editado pela unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

**Art. 6º** O cronograma das reuniões da Comissão Executiva da CAAPSMML deverá ser divulgado no sítio eletrônico oficial da CAAPSMML, e o registro de todas as reuniões será formalizado em atas.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Londrina, 29 de outubro de 2025. Jose Tiago Camargo do Amaral, Prefeito do Município; Leonardo Bueno Carneiro, Secretário(a) Municipal de Governo; Luiz Nicacio, Superintendente.

**DECRETO Nº 1370 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025**

**SÚMULA:** Estabelece procedimentos para o trâmite de iniciativas de projetos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ,** no exercício de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 1243, de 10 de outubro de 2025, publicado na Edição do Jornal Oficial nº 5605, de 14/10/2025, que regulamenta o Banco Municipal de Projetos e institui o Comitê Gestor de Projetos,